

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

No 1º dia, 130 mil entregam a declaração do IR..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda: no primeiro dia, aplicativo e site têm instabilidade..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ANFIP

Programa para declarar IR tem falhas no primeiro dia..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STJ julgará se há solidariedade entre patrocinadores de fundos de pensão..... 7

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto cria nova lei de organização de Cofen/Corens..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Brasileiros com dinheiro esquecido já podem verificar data dos saques..... 9

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida: INSS alerta para golpes que roubam dados dos segurados..... 10

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIZE
SEGURIDADE SOCIAL

Mulheres preferem investimentos de baixo risco, aponta pesquisa..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Para vencer a velha crise - RAUL VELLOSO..... 14

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo não corrige tabela e obriga 16 milhões a pagar Imposto de Renda..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ameaça de congelar preços..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A forma saudável de atrair dólares (Editorial)..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guerra puxa commodities e faz XP projetar inflação maior..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retomada de 2021 não garante fôlego deste ano (Editorial)..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Intervenção nos preços da Petrobras conquista adeptos..... 24

Terça-Feira, 8 de Março de 2022

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro mira reeleição com "economia de guerra" - NAS ENTRELINHAS.....25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mulheres continuam distantes - MERCADO S/A.....26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Preço do petróleo dispara e Bolsonaro quer evitar repasse.....28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo muda o discurso e avalia segurar reajustes da Petrobras.....30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Disparada nos preços das commodities eleva estimativas para inflação.....33

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Vulnerabilidades do Brasil (Artigo).....36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com alta de 46,25% desde o início da guerra, trigo tem recorde histórico.....38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inadimplência atinge maioria das famílias de baixa renda.....40

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Guerra na Europa trará prejuízo à recuperação do PIB (Editorial).....41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Após fala de Bolsonaro, Petrobras perde R\$ 34 bi em valor de mercado.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Falta de correção da tabela do IR gerou perda de R\$ 22 bi em 3 anos, diz estudo.....43

No 1º dia, 130 mil entregam a declaração do IR

Até as 17 horas de ontem a **Receita Federal** havia recebido 130.099 declarações do Imposto de Renda 2022, ano-base 2021, no primeiro dia para a entrega do documento.

O programa para preenchimento do IR foi colocado à disposição ontem, com novidades como pagamento de imposto devido e recebimento de restituições por Pix. O contribuinte tem até o dia 29 de abril para preencher os dados e prestar contas ao Fisco.

A Receita espera que 34,1 milhões de declarações sejam entregues até o final do prazo.

Também até as 17 horas de ontem, 752.484 contribuintes já haviam baixado o programa do Imposto de Renda 2022 no site da **Receita Federal**, ante 312.182 downloads até o mesmo horário do primeiro dia em que o programa esteve disponível em 2021.

INSTABILIDADE. O programa do Imposto de Renda 2022 apresentou instabilidades nesta segunda.

Segundo contribuintes, havia demora no tempo de download no programa e a impossibilidade de acessar o sistema.

Respondendo a questionamentos pelo Twitter, a **Receita Federal** afirmou que a causa dos problemas era a grande quantidade de acessos e que a situação já está sendo tratada pela área técnica. "Em razão do alto número de acessos nos primeiros momentos desta manhã, o download do programa está apresentando instabilidade.

Essa situação está sendo tratada e recomenda-se que aguardem e tentem novamente mais tarde", afirmou.

Além disso, houve usuários que apontaram um erro no programa, no qual havia uma aba para preenchimento de informações em 2023. Porém, no programa deste ano, o contribuinte deve preencher informações sobre o ano-base de 2021. Procurada, a Receita afirmou que ocorreu "um pequeno erro" sobre o campo para preencher informações referentes ao ano de 2023, mas já foi corrigido.

NOVIDADES. Ao declarar o Imposto de Renda, o contribuinte pode ter imposto a pagar ou valores a

receber, por meio de restituição. Neste ano, as duas operações poderão ser realizados por meio do Pix. Porém, apenas o CPF poderá ser utilizado como chave nos casos de restituição - número de celular, e-mail e chaves aleatórias não serão aceitos.

A Receita também tornou disponível neste ano a declaração pré-preenchida de maneira mais ampla. Antes, conforme explicou a professora de direito tributário da FGV Direito Rio Bianca Xavier, apenas contribuintes que tinham certificado digital - que é pago - conseguiam ter acesso ao serviço.

Agora, quem possuir certificações de conta Gov.br em níveis prata ou ouro, de maneira gratuita, já poderá usufruir do benefício. "Já vem com as fontes de renda preenchidas, com CNPJ, por exemplo. É uma facilidade incrível. Mas tem muitas informações que as pessoas têm de complementar.

Além disso, tem de conferir se está tudo certo ou se falta alguma informação", disse Bianca.

Todos os serviços do Imposto de Renda do e-CAC poderão ser acessados com uma conta em nível prata ou ouro do Gov.br. A partir deste ano, apenas nove tópicos poderão ser selecionados. Além disso, em casos de poupança, por exemplo, em que o rendimento precisava ser informado na ficha de rendimentos isentos, agora, no próprio espaço de Bens e Direitos isso poderá ser feito.

E, para veículos, é obrigatório o preenchimento do Renavam.

Antes, era opcional.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Imposto de Renda: no primeiro dia, aplicativo e site têm instabilidade

LETYCIA CARDOSO letydia.cardoso@extra.inf.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Programa para declarar IR tem falhas no primeiro dia

Cristiane Gercina e Luciana Lazarini

Os contribuintes que tentaram baixar o programa para declarar e enviar o Imposto de Renda 2022 nesta segunda-feira (7) encontraram falhas e dificuldades para fazer o download. Em muitos casos, não era possível baixá-lo. O aplicativo também ficou fora do ar.

O motivo da instabilidade é o alto número de acessos, segundo a **Receita Federal**. Em nota, o órgão pediu que os contribuintes com dificuldade tentassem baixar o programa mais tarde.

"Em razão do alto número de acessos nos primeiros momentos desta manhã, o download do programa está apresentando instabilidade. Essa situação já está sendo tratada e recomenda-se que aguardem e tentem novamente mais tarde", diz.

À noite, horário de menor fluxo, a reportagem conseguiu concluir o download do programa. O sistema apresentava menor lentidão.

O órgão liberou o programa gerador da declaração do IR às 8h desta segunda. Esse é o prazo inicial para que o contribuinte preste contas ao fisco. A data-limite é 29 de abril, às 23h15. Quem é obrigado a declarar e perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Até as 17h desta segunda, 130.099 declarações, o que representa 0,38% do total previsto para este ano, de 34,1 milhões, haviam sido entregues.

O prazo já começa com atraso de ao menos uma semana em relação a anos anteriores. O motivo é a operação-padrão dos servidores da Receita após o governo tirar verba do órgão no Orçamento de 2022 para cumprir promessa de reajuste a outras categorias, como os policiais.

Quem tentou o baixar o programa logo nos primeiros minutos desta segunda conseguiu o acesso, porém o download estava lento, indicando, muitas vezes, até uma hora para ser instalado no computador. Já quem tentou baixar após as 8h130 não teve sucesso. Havia uma tela de erro.

No caso do app, a mensagem que aparecia era que o sistema estava em manutenção.

Em anos anteriores, a prestação de contas começava em 1º de março e a Receita liberava o programa dias antes para o contribuinte se familiarizar com as regras e as novidades. Neste ano, isso não foi possível, por causa não só da operação-padrão mas por pedidos de demissão em massa dos auditores. Com a falha no download, a entrega do IR poderá atrasar ainda mais.

A Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil) confirmou a falha.

Segundo Mauro Silva, presidente da entidade, a mobilização dos servidores, com entrega de cargos de chefia, operações meta zero e equipes reduzidas, tem reflexos nos serviços prestados aos cidadãos.

"O fluxo normal do trabalho ficou afetado, e algumas coisas que são relativas a Imposto de Renda acabam afetadas também, então evidentemente que isso tem reflexo da mobilização dos auditores, porque as equipes não estão completas, sem as chefias das comunicações entre equipes, planejamentos, os cronogramas acabam não sendo realizados da melhor maneira, então deve ser reflexo", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49843&anchor=6451495&pd=ef5fc9520214bd6ebfe50ec44b4722ae>

Gratificação ‘por fora’ paga pela empresa é tributada

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

SÃO PAULO Os valores pagos “por fora”, como gratificação por serviços prestados, compõem a renda mensal e são considerados rendimentos do trabalho assalariado. Assim, devem ser declarados.



Como declaro aluguel recebido via Airbnb? (E.C.) Considerando que a Airbnb apenas realiza a intermediação na locação de imóveis, se os aluguéis tiverem sido pagos por pessoa física, devem ser declarados, líquidos do valor da intermediação, na ficha Rendimentos Recebidos de PF e do Exterior pelo Titular, na subficha Outras Informações, na coluna Aluguéis, conforme o mês do recebimento. Se houve o recolhimento do carnê-leão, informe o valor na coluna Darf pago - cód. 0190. O valor pago à Airbnb deve ser informado na ficha Pagamentos Efetuados, com o código 71 ou 72, indicando CNPJ e nome do administrador/corretor de imóveis e o total pago em 2021. Se os aluguéis foram pagos por pessoa jurídica, informar, conforme o compro-

vante de rendimentos fornecido pela fonte pagadora, na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular, líquido do valor da intermediação, com CNPJ e nome da fonte pagadora, o total dos aluguéis recebidos e o IR retido na fonte, se houver.

Recebo um valor por fora, que consta no contracheque, mas não na carteira de trabalho. Não houve retenção do IR no contracheque, mas esse extra, somado ao salário da carteira, supera R\$ 28.559,70. Preciso declarar? (R.S.). Sim. Para fins do IR, os valores pagos pelo empregador como gratificação por serviços profissionais prestados têm caráter remuneratório e são considerados rendimentos do trabalho assalariado. Informe o total dos valores recebidos na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular.



Envie sua dúvida

As perguntas devem ser enviadas para o email tireduvidasdoir@grupofolha.com.br. A **Folha** publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores

F SAIBA MAIS SOBRE O IR
folha.com/impostoderenda

STJ julgará se há solidariedade entre patrocinadores de fundos de pensão

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Projeto cria nova lei de organização de Cofen/Corens

LUCIANO BARRETO

A Lei 5.905 de 1973 que atualmente regulamenta os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem (Cofen e Co-rens), deve passar por mudanças de organização e funcionamento. É o que propõe o PL 4413/21 de autoria do deputado baiano Daniel Almeida (PCdoB).

Para o autor, por ser de 1973, a Lei é arcaica e não condiz com o moderno exercício das profissões que regulamenta. "Pelo mero decurso do tempo e pela entrada em vigor de novo ordenamento constitucional, a Lei 5.905/73 acha-se obsoleta, em descompasso com o moderno exercício das profissões que regulamenta", diz o documento.

Hoje, segundo dados do Cofen, existem no Brasil mais de 2,5 milhões de profissionais de enfermagem, distribuídos em três categorias: enfermeiros (nível superior), técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem (carreiras de nível médio).

Em entrevista ao A TARDE, Almeida explicou que "a proposta tem o objetivo de tornar a composição e a gestão do sistema mais transparente e democrática".

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de **Seguridade Social** e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Site: <http://edicaodigital.atarde.com.br/>

Brasileiros com dinheiro esquecido já podem verificar data dos saques

Fernanda Strickland

Os brasileiros já podem saber a data para retirar valores esquecidos em diferentes instituições financeiras, a partir da consulta no Sistema Valores a Receber (SVR), do Banco Central (BC). A fim de realizar o procedimento, o usuário precisa ter uma conta no site gov.br.

Para acessar o agendamento e solicitar a transferência, o cidadão precisa ter uma conta nível prata ou ouro na plataforma governamental. A estimativa é de que aproximadamente 28 milhões de usuários utilizem o serviço pelo gov.br, nesta primeira fase do programa.

Caso tenha algum valor a receber, o cidadão poderá verificar a data, o valor e a possibilidade de transferência do recurso. O dinheiro só poderá ser transferido caso o usuário esteja logado no gov.br. Se ainda não tiver conta na plataforma, poderá fazê-la a qualquer momento. O Sistema de Valores a Receber foi dividido em três diferentes grupos para o agendamento dos saques.

O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade, ressaltou que serviços como este no gov.br tornam mais fácil, ágil e cômoda a vida do cidadão. Ele pode realizar toda a consulta por valores a receber e fazer a transferência do dinheiro para sua conta da poltrona de casa, se quiser, comentou.

Para obter as contas Prata ou Ouro, basta acessar o gov.br (via web ou aplicativo pela instituição financeira. Sete instituições já estão integradas à plataforma do governo federal: Banco do Brasil, Caixa, BRB, Banrisul, Santander, Bradesco e Sicoob.

Outra forma é acessar o aplicativo gov.br e realizar a biometria facial. O aplicativo é acessado tanto por aparelhos celulares iOS quanto Android.

A plataforma digital de relacionamento do cidadão com o governo federal já conta com 125 milhões de pessoas cadastradas, e oferece acesso a cerca de 4,8 mil serviços do governo federal, sendo 73% totalmente digitais. Entre eles, alguns dos principais destaques são a prova de vida digital do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e as carteiras de trânsito e de

trabalho.

De acordo com o Banco Central, pelo menos R\$ 4 bilhões deverão ser depositados na primeira fase do programa. As próximas fases deverão movimentar um total de R\$ 8 bilhões. O total de beneficiários na primeira fase é de 28 milhões de pessoas, dos quais 26 milhões correspondem a pessoas físicas.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2022/03/4991240-brasileiros-com-dinheiro-esquecido-ja-podem-verificar-data-dos-saques.html>

Prova de vida: INSS alerta para golpes que roubam dados dos segurados

Por Marta Cavallini, g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) informa que golpistas estão se aproveitando das mudanças nas regras da prova de vida para tentar obter dados pessoais dos beneficiários.

Em fevereiro, o **INSS** publicou portaria com as novas regras para a prova de vida. Os segurados não precisarão mais sair de casa para comprovar que têm direito ao benefício. O instituto passará a usar bases de dados públicos e atos como votação nas eleições e vacinação para fazer o procedimento - leia mais aqui.

A prova de vida é obrigatória para aposentados, pensionistas e para quem recebe benefícios do **INSS** por meio de conta corrente, poupança ou cartão magnético. O procedimento serve para evitar fraudes e garante a manutenção do pagamento.

LEIA MAIS:

Governo publica portaria com novas regras para prova de vida do INSSVeja tira dúvidas

Essas mudanças serão implementadas até o dia 31 de dezembro deste ano. Até lá, não haverá bloqueio de pagamento por falta da comprovação de vida. A iniciativa terá impacto sobre 36,4 milhões de beneficiários, dos quais 5 milhões têm mais de 80 anos de idade.

O **INSS** ressalta que a prova de vida está suspensa neste ano. Por isso, qualquer contato que informe sobre a necessidade de fazer o procedimento e, ainda por cima, peça o envio de documentos, é golpe na certa.

Como os golpistas agem

As abordagens podem ocorrer por carta, e-mail, telefonema ou mensagem de celular (WhatsApp ou SMS).

Geralmente, os golpistas, ao entrarem em contato com o segurado, informam os dados pessoais dele e pedem que seja enviada uma foto de um documento pelo WhatsApp para finalizar o processo.

O **INSS** alerta que, caso recebam esse tipo de contato,

desliguem o telefone e não forneçam dados pessoais, fotos nem documentos.

O instituto ressalta que não faz contato por telefone para realização de procedimento de prova de vida.

Cuidados que o **INSS** recomenda

mantenha sempre atualizados os seus dados de contato, como telefone, e-mail e endereço. Isso deve ser feito pelo Meu **INSS** ou pelo telefone 135; caso alguém faça qualquer comunicação pedindo dados ou fotos em nome do **INSS**, não atenda a solicitação, desligue a ligação e bloqueie o contato; o **INSS** nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados nem pede o envio de fotos de documentos; o número do SMS usado pelo **INSS** para informar os cidadãos é o 280-41. O **INSS** nunca manda links nem pede documentos pelo SMS. sempre que o **INSS** convoca o cidadão para apresentar documentos, essa convocação fica registrada no Meu **INSS** e pode ser verificada também pelo telefone 135. a pessoa deve utilizar apenas os canais oficiais de atendimento para cumprir qualquer solicitação do **INSS**, seja para agendar um serviço, seja para entregar algum documento: o aplicativo/site Meu **INSS** ou na agência da **Previdência Social** (com agendamento prévio); quando alguém liga para o telefone 135 ou é atendido pelo chat da assistente virtual do **INSS** Helô, o atendente pode pedir algumas informações - é um procedimento de segurança para confirmar a identidade de quem telefonou ou acessou o chat.

O que fazer em caso de golpe

O segurado deve denunciar as tentativas de golpe n e s t e l i n k (<http://souweb.economia.gov.br/souweb/preparePesquisalnternauta.do>) ou pelo telefone 135.

Caso tenha caído no golpe, é recomendado registrar um boletim de ocorrência e comunicar o **INSS** pelo 135 e o banco em que recebe o benefício.

Como o **INSS** se comunica com o segurado

O segurado é contatado por meio das informações fornecidas em seu cadastro (e-mail, telefone e endereço), por isso, é importante manter esses dados atualizados junto ao **INSS**.

Quando o segurado entra em contato com o **INSS**, o instituto poderá solicitar informações como CPF e nome da mãe para confirmação da identidade do interessado e para que seja respeitado o sigilo das informações.

Caso o cidadão tenha sido notificado e tenha alguma dúvida, poderá ligar no 135 para ter mais informações. Poderá ainda buscar atendimento por meio do chat da assistente virtual Helô.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/08/prova-de-vida-inss-alerta-para-golpes-que-roubam-dados-dos-segurados.ghtml>

Mulheres preferem investimentos de baixo risco, aponta pesquisa

Economize

**I
Do R7**

As mulheres estão cada vez mais no mercado financeiro. De acordo com dados da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, o número de investidoras em 2022 atingiu recorde, com 1,18 milhão de contas, apesar de ainda representar 23,54% do total, que é de 5 milhões.

No entanto, uma pesquisa realizada pela Onze, fintech de saúde financeira e previdência privada, mostra que, no geral, as mulheres têm um perfil de investimentos mais conservador. O levantamento foi feito com 19.400 respostas, entre outubro de 2021 e janeiro de 2022.

Para realizar suas metas financeiras este ano, 32,4% das mulheres pretendem investir na poupança, 13,9% em títulos de renda fixa e 9,4% em fundos de investimento. Entre os homens, 27,8% optam pela poupança, 26,1% em títulos de renda fixa e 19,1% em fundos de investimento.

"A diferença dos perfis fica mais evidente quando analisamos investimentos de maior risco, como ações e criptomoedas. Para as mulheres, são as opções menos escolhidas, apontadas por 8,2% e 6,7%, respectivamente. Já entre os homens, 19,3% optam por ações e 18,4% por criptomoedas", afirma Ana Paula Netto, consultora financeira da Onze.

Para Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), a participação feminina na Bolsa de Valores é um fenômeno mais recente no Brasil.

Ele explica que fora do país as pessoas lindam há muito mais tempo com renda variável, ou seja, aplicações em ações. Diferentemente do Brasil, onde os investimentos foram sempre muito focados em renda fixa, como aplicações em títulos do governo, CDB, fundo de renda fixa e poupança.

"Mas o histórico da mulher é um pouco mais

conservador em termos de gastos. Ela pensa mais no futuro, na família. A mulher acaba comandando essa questão de planejar o futuro", avalia Oliveira.

A análise da pesquisa também levou em consideração os investimentos realizados com o décimo terceiro, ao final de 2021, e o mesmo comportamento é observado. Títulos de renda fixa foram os preferidos para ambos os públicos, 50% entre os homens e 48% entre as mulheres. Quando analisado o apetite ao risco, os homens foram mais agressivos: 47,9% optaram por ações, 36,9% por fundos de investimentos e 26% por criptomoedas. Entre as mulheres, 39,3% optaram por ações, 33% por fundos de investimentos e 12% por criptomoedas.

Já em relação aos hábitos de investimentos recorrentes, a poupança é a preferência das mulheres (44%), enquanto títulos privados são a principal escolha dos homens (35%). Nesse sentido, o público feminino acaba optando por uma das menores rentabilidades do mercado.

No entanto, os dois públicos se mostram disciplinados para realizarem suas metas financeiras ao longo do ano. A preferência de homens e mulheres é poupar mais mensalmente ou criar novas formas de renda em vez de resgatar investimentos, se endividar ou até vender o carro.

Os números são bem próximos: entre as mulheres, 49,7% dizem que vão poupar mais mensalmente, 42,7% criarão novas formas de renda e 4% pretendem buscar empréstimos ou financiamentos. Resgatar investimentos (2,3%) e vender seu carro/imóvel (1,1%) têm baixíssima adesão.

Já entre os homens, 45,6% dizem querer poupar mais mensalmente, 45,5% vão criar novas formas de renda e 4,4% buscarão empréstimos/financiamentos. Resgatar investimentos (2,5%) e vender seu carro/imóvel (1,8%) também têm pouca aderência.

Quando se diz respeito à aposentadoria, mulheres e homens, em sua maioria, acreditam que a renda neste período virá do **INSS**, 56,2% e 54,4%, respectivamente. Porém, os homens (36,2%) contam mais com aplicações financeiras para se aposentar do que as mulheres (27%). A previdência privada vem em terceiro lugar e é opção de 23,5% dos homens e 19%

das mulheres.

O número atual da participação feminina na Bolsa aumentou 40% em relação a 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, que era de 848,5 mil, mas a representatividade caiu três pontos percentuais. Desde o início da série histórica, em 2012, a participação feminina é quase oito vezes maior, quando havia 148,5 mil contas de investidoras.

Atualmente, a faixa etária que mais investe é entre 26 anos e 35 anos, com 373.309 contas. No entanto, em termos de valores, a faixa etária acima de 66 anos está na frente, com R\$ 36,45 bilhões.

A tendência é continuar cada vez mais as pessoas investindo em Bolsa de Valores, garante o diretor executivo da Anefaca. "Diferentemente de agora, quando os juros vem subindo por conta da inflação e da taxa Selic mais alta, se olharmos um pouco para trás, no ano passado, a taxa básica de juros estava muito baixa, e as aplicações rendiam pouco. Quem queria ganhar mais tinha que ir para a renda variável, para as ações", afirma Oliveira.

Agora esse cenário se inverteu um pouco, de acordo com Oliveira. "A renda variável está apresentando resultado negativo por conta das oscilações econômicas do país e da questão da guerra entre Rússia e Ucrânia, que derruba o preço das ações, mas aumenta a rentabilidade dos fundos. Mas a tendência a médio prazo é que volte quem quer ganhar dinheiro a correr risco indo para a Bolsa de Valores."

Site:

<http://noticias.r7.com/economia/economize/mulheres-preferem-investimentos-de-baixo-risco-aponta-pesquisa-08032022>

Para vencer a velha crise - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

A pandemia finalmente arrefece, mas o mundo inteiro se vê imerso em uma nova crise de grandes proporções e de efeitos ainda pouco claros. Desta feita, o gatilho foi um ataque maciço a um país do Leste Europeu, a Ucrânia, desferido por uma das nações mais poderosas do planeta, a Rússia.

Sem falar nos mortos pela guerra e na gigantesca onda de refugiados (talvez a maior desde a Segunda Guerra), o que chama mais a atenção em um primeiro momento é a desorganização de certas cadeias de produção e consumo, com destaque para o petróleo e várias commodities (especialmente as agrícolas, inclusive fertilizantes) intensamente comercializadas, o que levou a fortes ameaças de desabastecimento e disparada de preços.

Difícilmente escaparemos de uma maior pressão cambial e inflacionária vinda de fora, ainda que o Brasil, sendo um importante player no mercado mundial de commodities, esteja hoje bem melhor preparado no que toca à disponibilidade de divisas para administrar suas contas externas. Isso fará uma grande diferença a nosso favor, bastando lembrar do que aconteceu por aqui nas crises petrolíferas dos anos 70 e 80, quando o nosso leque de opções para reagir rapidamente era mínimo. Em tempos mais bicudos, já estaríamos arrumando a mala para uma ida ao FMI. Hoje, somos exportadores líquidos de petróleo e temos um volume inédito de divisas no caixa, relativamente a qualquer variável macro com que se o compare.

O problema externo é sem dúvida dramático. Diante da ameaça de guerra em uma escala mundial, americanos e europeus ocidentais já se organizam para enfrentá-la, inclusive com as reações de enfrentamento dos russos - as chamadas sanções - já em andamento. E sendo os reis da credibilidade fiscal mundial, os americanos certamente despejarão dólares no mundo, caso julguem necessário, sem o temor de um maior impacto inflacionário. Quanto a nós, ainda que o noticiário local já tenha escasseado as menções aos velhos problemas internos, minha modesta visão é de que não podemos relaxar no ataque ao "x" da nossa questão, que é, ainda, em grande medida, interno. A visão de que é interno até que muitos aceitam. O problema está é no diagnóstico

defeituoso que se faz ao discutir isso.

Há, no país, uma grande preocupação com nossa credibilidade fiscal, mas, primeiro, há um grande exagero nas avaliações que se fazem. A palavra de ordem nos principais círculos é não deixar a razão entre a dívida pública e o **PIB** subir (na verdade, se quer até a reduzir). Isso virou um mantra, reduzindo, em muito, se seguido ao pé da letra, a margem que os governos têm para atuar. (Aliás, foi implicitamente para impedir que os governos atuassem muito que a guerra ao aumento da razão dívida-**PIB** se acirrou).

E foi preciso que macroeconomistas de peso nos EUA se dessem conta de que os valores que se apresentam nas apurações dessa razão estavam fortemente exagerados, devido ao tipo de cálculo que se faz - basicamente incorreto, que superestima o valor que deveria ser obtido. (Ao dividirmos um estoque por um fluxo, acabamos inflando muito a dentada que o setor público dá na economia; se tivéssemos a mesma dimensão nas duas variáveis da fração, ou seja, fluxo-sobre-fluxo ou estoque-sobre-estoque, cálculo análogo produziria um valor bem menor).

Não aceitando, por enquanto, qualquer ajuste na forma de calcular, a saída que a grande maioria dos analistas apoiou por aqui foi a de fixar um teto para o crescimento do gasto público total, acreditando que isso levaria rápida e facilmente ao controle do nível desse gasto. Aí se esqueceram de uma verdade simples. Se um país, como o nosso, tem um grupo relativamente pequeno de "donos do orçamento público" que abocanha uma enorme fatia dele, fixar um teto para o total do gasto obriga, primeiro, a reduzir - e rapidamente zerar - os gastos chamados discricionários, ou seja, os não obrigatórios, ou "sem donos", como ocorre com os investimentos em infraestrutura.

Ao fim e ao cabo, a regra acaba se tornando rapidamente inviável, pois os "donos do orçamento" lutarão até o limite das possibilidades políticas para não perder qualquer pedaço de sua fatia original. (Imaginem se os "donos do orçamento" soubessem que há problemas de medida na apuração da razão dívida-**PIB**, como dito antes, produzindo uma superestimativa indevida...). Sem falar que a virtual zeração dos investimentos acabará sendo denunciada

por alguém como algo absurdo, pois todos sabem que sem investir nenhum país cresce.

Uma saída para esse impasse é identificar um item da pauta de gastos que tenha crescido significativamente nos últimos anos, e encontrar um jeito adequado de ajustá-lo para abrir espaço aos investimentos, mas sem ofender demasiadamente os "donos do orçamento". Como o item que mais tem crescido nos últimos anos é o relativo às aposentadorias de **servidores públicos**, a saída é equacionar o passivo atuarial dos regimes de servidores, conforme venho defendendo amplamente na mídia, juntando, grosso modo, reformas de regras com capitalização de fundos previdenciários. Só por aí venceremos a velha crise...

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para vencer a velha crise

Governo não corrige tabela e obriga 16 milhões a pagar Imposto de Renda

Colaboração para o UOL, de São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro adiou mais uma vez o cumprimento de sua promessa de campanha de corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Na prática, a omissão representa um novo aumento dos impostos. A cada ano, mais brasileiros são obrigados a pagar IR. E quem já paga leva uma mordida ainda maior no bolso.

Quase 24 milhões de brasileiros estariam isentos do IR se houvesse, ao menos, a correção da tabela pela inflação acumulada desde 1996 e não repassada, de 134,5%. Hoje, apenas 8 milhões de pessoas estão isentas. A estimativa é dos próprios auditores da Receita Federal e foi divulgada pela associação nacional da categoria, o Unafisco. A Presidência e o Ministério da Economia foram procurados pelo UOL, mas não se manifestaram até a publicação deste texto.

A isenção do imposto hoje só vale para quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês (menos de dois salários mínimos). Se a tabela fosse corrigida pela inflação que não foi repassada nos últimos anos, a isenção de Imposto de Renda valeria para todos os brasileiros que ganham até R\$ 4.465,35 por mês.

A promessa inicial de Bolsonaro, feita ainda durante a campanha à Presidência, em 2018, era isentar todos os brasileiros que ganhassem até cinco salários mínimos (pouco menos de R\$ 5.000 na época). No fim de 2019, o discurso mudou e o valor da promessa foi reduzido para R\$ 3.000.

Com a pandemia e o rombo nas contas do governo em 2020, Bolsonaro jogou a bola para frente: Vamos tentar, pelo menos em 2022, passar para R\$ 3.000. Ele também admitiu que não conseguirá atingir o piso de isenção de R\$ 5.000 até o fim do seu mandato.

Com isso, já são sete anos sem nenhum reajuste nas faixas salariais de tributação e nas deduções permitidas, como dependentes ou educação. A partir de segunda-feira (7), cerca de 34 milhões de brasileiros terão que apresentar a declaração anual do Imposto de Renda.

Cerca de 15,5 milhões de pessoas, que hoje estão pagando Imposto de Renda, estariam isentas se a

correção da tabela fosse feita integralmente pela inflação.

Devido à ausência de reajustes ou às correções abaixo da inflação oficial (medida pelo IPCA), a tabela do Imposto de Renda acumula uma defasagem de 134,53% desde 1996 até o ano passado, conforme o cálculo do Unafisco Nacional.

Só não paga imposto hoje quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês. Apenas 8,3 milhões de pessoas que declaram o IR estão nessa faixa de isenção.

Com a correção da tabela, todos que ganham até R\$ 4.465,35 mensais estariam isentos. Ou seja, o número de pessoas isentas saltaria para 23,8 milhões, afirmam os auditores da Receita.

A última vez que houve correção na tabela do IR foi em 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff estabeleceu reajuste, em média, de 5,6% nas faixas salariais de cálculo do IR.

Mesmo assim, o índice aplicado foi bem inferior à inflação daquele ano, de 10,67%. Em 2016, não houve correção, apesar de a inflação ter avançado 6,29%. O mesmo ocorreu em 2017 (inflação de 2,95%), 2018 (3,75%), 2019 (4,31%), 2020 (4,52%) e 2021 (10,06%).

Além da mordida maior sobre salários, aposentadorias, pensões, renda de aluguéis e outros rendimentos tributáveis, a defasagem na tabela do Imposto de Renda também provoca outro efeito nocivo sobre o bolso dos brasileiros: as possibilidades de reduzir o imposto são menores do que deveriam ser.

O valor limite para dedução de despesas com educação do contribuinte, seus dependentes ou alimentandos, que hoje é de R\$ 3.561,50 por pessoa ao ano, deveria ser de R\$ 8.352,67. O desconto permitido por dependente incluído na declaração, atualmente de R\$ 2.275,08 ao ano, deveria estar em R\$ 5.335,67.

No caso de despesas com saúde, não há limites de valor, porém existem diversas restrições. Não é permitido, por exemplo, lançar na declaração do Impostos de Renda os gastos com medicamentos comprados na farmácia, ainda que sejam de uso

contínuo e essenciais à vida do contribuinte ou de seus dependentes.

Embora a **Receita Federal** seja o órgão do governo responsável pela fiscalização e arrecadação dos **impostos**, ela não tem poderes legais para atualizar a tabela do Imposto de Renda. A decisão tem que vir de cima, do Executivo ou do Congresso.

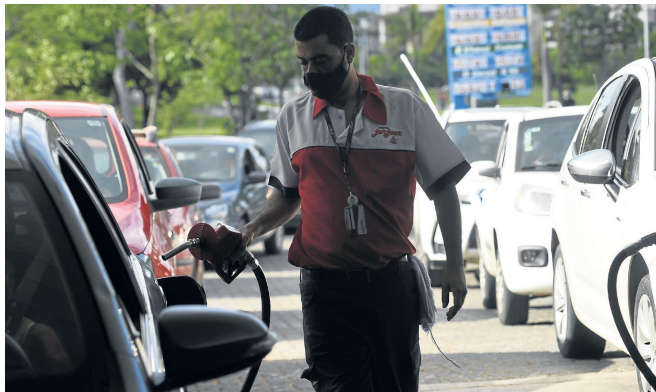
O Senado analisa um projeto de autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA) que propõe elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5.000 . Coronel também é relator da **reforma tributária** apresentada no ano passado pelo governo.

Entretanto, o senador não concordou com a proposta feita pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), de reajustar a faixa de isenção do IR dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,00 mensais. A proposta foi aprovada na Câmara. Nas mãos de Coronel, o texto não avançou no Senado e ele decidiu lançar sua própria proposta.

Fiz até um favor ao Planalto, porque o presidente Jair Bolsonaro, na campanha, dizia que uma das coisas que ele iria fazer juntamente com Paulo Guedes era aumentar a faixa de isenção [do Imposto de Renda] para R\$ 5 mil, e ficou só no discurso , disse o senador em entrevista recente ao UOL .

Site: <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2022/03/08/bolsonaro-nao-corrige-tabela-e-obriga-16-milhoes-a-pagar-imposto-de-renda.htm>

Ameaça de congelar preços



deborah hana cardosofernanda stricklandmichelle portela

O governo ameaça congelar os preços dos combustíveis para tentar evitar que aumentos vertiginosos empurrem a **inflação** para cima e afetem negativamente a imagem de Jair Bolsonaro, de forma a prejudicar o projeto de reeleição. Ontem, o presidente deu a entender que haverá uma intervenção na política da Petrobras de alinhamento à cotação internacional do barril.

"Tem uma legislação errada, feita lá atrás, que você tem a paridade com o preço internacional. Ou seja, o que é tirado do petróleo, leva-se em conta o preço fora do Brasil. Isso não pode continuar acontecendo", ameaçou Bolsonaro, durante entrevista a uma rádio.

A possibilidade de haver uma intervenção na política de preços da Petrobras, segundo o próprio presidente, fez as ações preferenciais da estatal desabarem 7,10%, fechando o dia em R\$ 31,10. "Estamos tomando medidas porque é algo anormal. O barril do petróleo saiu da casa dos US\$ 80 para US\$ 120 dólares", destacou Bolsonaro, na mesma entrevista.

Estava marcada para ontem uma reunião ministerial para decidir as medidas que podem ser tomadas para evitar os reflexos, nos postos de combustíveis, da disparada da cotação internacional do petróleo por causa da guerra da Rússia contra a Ucrânia - foi transferida para hoje. Porém, o presidente já começou a tratar do assunto e conversou com os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, e com o da Economia, Paulo Guedes.

Eleições

Nessa possibilidade de intervenção tem, também, um cálculo eleitoral. Seus adversários na corrida presidencial Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro

Gomes (PDT) têm pregado, abertamente, o descolamento dos preços da Petrobras em relação ao mercado externo. Além disso, caso haja novo reajuste nos combustíveis por causa da política de paridade, Bolsonaro terá de tourear os caminhoneiros - parte da sua base de apoiadores - que, há tempos, estão irritados com o preço do diesel. Sem contar o impacto inflacionário, que se refletiria nos índices de aprovação nas pesquisas de opinião.

O governo acompanha de perto a cotação do petróleo. A tendência de congelamento temporário nos preços dos combustíveis ganha força sobretudo porque, ontem, o barril do tipo Brent, referência do mercado, resvalou nos US\$ 140 - aproximou-se do recorde absoluto de US\$ 147,50, alcançado em julho de 2008. O recuo só veio depois de mais uma rodada de negociações entre russos e ucranianos, e fechou em alta de 4,31%, a US\$ 123,21.

Por ser a Rússia o atual segundo maior produtor de petróleo do mundo - de acordo com o mais recente levantamento da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês) -, os Estados Unidos negociam com Venezuela e Irã o aumento na produção para evitar a disparada no preço do barril. Trinta países liberaram seus estoques de emergência e colocaram à disposição 60 milhões de barris a fim de segurar a cotação. Além disso, alguns países já começam a tomar medidas para evitar a carestia, puxada pelo aumento dos combustíveis na bomba.

Pressão

De acordo com Carlos Heitor Campani, professor de Finanças do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), "o petróleo da Rússia vai sair do mercado e gerar uma pressão muito alta por novos fornecedores, em função das sanções comerciais impostas à Rússia", explicou.

Para Flávio Conde, head de renda variável da Levante, o que interessa aos acionistas da Petrobras - que no ano passado teve um lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões - é não mexer na política de preços, para que a companhia não volte a gerar prejuízo, como no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, quando a estatal segurou os preços dos combustíveis para não provocar o aumento da **inflação**. Ele defende que o governo mexa nos **impostos**, como ICMS e PIS/Cofins, e não na política de preços da Petrobras. "A questão dos combustíveis está na mesa desde

2021, que são os impostos para atenuar os preços", apontou.

De acordo com o analista da Ouro Preto Investimentos Bruno Komura, a intervenção nos preços dos combustíveis será prejudicial para a Petrobras. "Essa parcela importada vai ter o custo internacional. Mas, se não há repasse desses custos, acaba gerando prejuízo", afirmou.

Em paralelo ao congelamento estudado pelo governo, o Senado começa a votar, amanhã, o Projeto de Lei (PL) 1.472/2021 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que estabelecem medidas de alívio o bolso do consumidor e evitar o impacto generalizado que o alto preço do petróleo pode ter no mercado nacional. O primeiro estabelece a criação de diretrizes de preços para diesel, gasolina e GLP, institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto e cria um Fundo de Estabilização para os preços, que seria abastecido por royalties da venda do petróleo.

Já o PLP 11/2020, propõe alterações na cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados. A proposta é que as alíquotas do tributo sejam aplicadas sobre o litro do combustível e não por um percentual no valor final da compra, como ocorre atualmente. (Colaboraram Victor Correia e Fabio Grecchi)

A forma saudável de atrair dólares (Editorial)



O Brasil virou abrigo atraente para investidores internacionais, assustados com a tragédia na Ucrânia e com as ameaças de mais violência, repetidas pelo autocrata russo, Vladimir Putin. Já atraídos pelos juros elevados, os donos do grande capital tiveram mais um motivo para enviar dólares ao mercado brasileiro.

Com maior oferta e menor cotação da moeda americana, o efeito inflacionário do câmbio tende a diminuir. Na melhor hipótese, o ingresso de moeda estrangeira poderá também resultar em mais vigor para uma economia debilitada e emperrada. É fácil entender por que o ministro da Economia, Paulo Guedes, fala sobre medidas para atração de capital estrangeiro, assunto já em discussão, em Brasília, antes da violação do território ucraniano pelas tropas da Rússia.

Com a guerra, os estudos de medidas para atração de investimentos foram acelerados, como informou o Estadão no domingo. As medidas poderão incluir facilidades fiscais para compras de ações por estrangeiros. Novos dólares poderão reforçar, a curto prazo, as iniciativas do Executivo federal para reanimar a economia durante a disputa eleitoral. A busca de recursos externos deve misturar-se, portanto, com ações improvisadas para tirar o País da estagnação, conter a alta de preços e conquistar a boa vontade dos eleitores, neutralizando em parte os efeitos do empobrecimento nos últimos três anos.

Toda essa improvisação poderá envolver custos muito altos e benefícios muito limitados.

Para começar, o Brasil tem de ser atraente para o capital estrangeiro sem depender de guerras ou de outros desastres. Com uma das 12 maiores economias do mundo, um grande território e um conjunto notável de recursos naturais, o País deveria atrair investidores de longo prazo - muito mais do que aplicadores em busca de segurança momentânea - por seu dinamismo, por seu potencial de crescimento e pelo bom funcionamento de suas instituições.

O ministro da Economia e seu chefe deveriam perguntar por que investidores envolvidos em negócios de infraestrutura têm renunciado às concessões.

As explicações podem ser longas e complexas, mas, em todos os casos, é preciso destacar a estagnação e a insegurança econômicas no último decênio.

O Brasil emperrou e, ao mesmo tempo, desajustaram-se as contas públicas, o Tesouro passou a carregar uma dívida crescente e mais cara e os preços ficaram mais instáveis. Tudo isso se agravou sensivelmente nos últimos três anos.

Enquanto o presidente e o ministro da Economia discutem medidas improvisadas para mover os negócios e, talvez, estimular a criação de alguns empregos, muitos bilhões são desperdiçados em benefício do Centrão. Ao mesmo tempo, anunciam-se cortes de **impostos**, medidas de ocasião para efeitos eleitorais e manobras para conter os preços de combustíveis. Em outros países, a guerra na Ucrânia e seus efeitos nos mercados de petróleo e gás estimulam a busca de menor dependência de combustíveis fósseis. No Brasil, possíveis dificuldades de suprimento de fertilizantes - um efeito da guerra - são mencionadas, pelo presidente, como "oportunidade" para mineração de potássio em terras indígenas.

Governos de economias importantes têm mantido e até intensificado a discussão sobre a busca de economias e estilos de vida mais "verdes", isto é, ambientalmente mais saudáveis e sustentáveis.

É o contrário do espetáculo apresentado em Brasília.

Mas nem só a ideia de crescimento mais ecológico tem sido negligenciada.

No poder central, a conversa a respeito de crescimento normalmente se esgota em considerações sobre medidas improvisadas e de curto alcance.

Não há sequer esboço de planejamento, de fixação de metas, de identificação de gargalos, de elaboração de reformas amplas e bem estruturadas, de políticas para maior investimento em ativos físicos e em recursos humanos.

Nenhum país administrado seriamente precisa de guerra para atrair capitais.

Mas, para ser administrado seriamente, todo país precisa de um governo de verdade, capaz de cuidar do presente e de projetar o futuro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guerra puxa commodities e faz XP projetar inflação maior

Anais Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Retomada de 2021 não garante fôlego deste ano (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Intervenção nos preços da Petrobras conquista adeptos

Lu Aiko Otta e Daniel Rittner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Bolsonaro mira reeleição com "economia de guerra" - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O presidente Jair Bolsonaro considera a guerra da Ucrânia uma oportunidade, e não uma ameaça. Todas as suas declarações sinalizam nessa direção. Embora o Brasil tenha se posicionado contra a agressão de Vladimir Putin, que pôs o mundo diante de uma provável recessão e à beira de uma terceira guerra mundial, Bolsonaro flerta com o perigo, mantendo as relações com a Federação Russa no mesmo patamar em que estava quando visitou Moscou, no mês passado.

Não é que não esteja levando em conta o impacto das sanções econômicas à Rússia aqui no Brasil, muito pelo contrário. É que esse impacto virou o pretexto de que precisava para a adoção de medidas econômicas de caráter populista, agora com a narrativa de que é preciso de mitigar os efeitos da crise internacional com uma "economia de guerra". Além de se beneficiar da polarização com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que esvazia a chamada terceira via - cujos candidatos não decolam nem desistem, muito menos se unificam -, Bolsonaro aposta na retomada gradativa dos empregos; no efeito dos programas sociais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil; e no fim da pandemia de covid-19, graças à vacinação que tanto combateu.

A Quaresma, que começou em 2 de março, quarta-feira de cinzas, e só termina no Domingo de Ramos, em 14 de abril, politicamente, é um período de grandes definições. Por causa da janela para a troca de partidos e do fim do prazo de desincompatibilização para quem pretende ser candidato, como os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que flerta com o PSD, embora o grupo que o apoiou nas prévias ainda aposte na desistência do tucano paulista.

No momento, o núcleo político do governo - principalmente o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) - trabalha intensamente para dobrar a resistência do ministro da Economia, Paulo Guedes, e promover uma mudança radical na política de preços da Petrobras. Bolsonaro já aderiu à tese e, ontem, sinalizou que isso está decidido. Em entrevista à Rádio Folha, de Roraima, adiantou que o governo vai mesmo acabar com a paridade de preços do petróleo com o mercado

internacional por causa da guerra. "Agora, tem uma legislação errada feita lá atrás, que você tem a paridade com o preço internacional, ou seja, o que é tirado do petróleo, leva-se em conta o preço fora do Brasil, isso não pode continuar acontecendo. Estamos vendo isso aí sem mexer, sem nenhum sobressalto no mercado, e está sendo tratado, hoje à tarde, em mais uma reunião", disse.

A Petrobras paga pelo barril de petróleo o mesmo preço cobrado no mercado internacional, o que evita perdas, e ainda lucra vendendo óleo para o exterior. O repasse dos aumentos de preços, como os que estão acontecendo agora, acabam impactando não só o bolso de quem abastece seu veículo, mas o da população em geral, porque o preço do combustível acaba incorporado aos custos dos demais bens e serviços, provocando mais **inflação**. Ontem, o preço do barril de petróleo do tipo Brent, referência internacional, saltou 18% e chegou a ultrapassar US\$ 139, seu nível mais alto desde 2008, quando atingiu US\$ 147,50, em julho. Para repassar esse aumento, a Petrobras teria de elevar em 50% o preço dos combustíveis. "A população não aguenta uma alta por esse percentual aqui no Brasil", afirmou Bolsonaro.

Passando a boiada

Bolsonaro também quer aproveitar a guerra da Ucrânia para passar a boiada no Congresso. Voltou a defender a aprovação do projeto que libera a mineração em terras indígenas. Essa agenda está há dois anos na Câmara, mas agora entrou na ordem do dia, apesar dos protestos de lideranças indígenas, ambientalistas e personalidades da vida nacional, como Caetano Veloso, que está convocando um ato em Brasília em defesa das terras indígenas, como porta-voz de dezenas de entidades. A narrativa de Bolsonaro é de que é preciso explorar o potássio da foz do Rio Madeira para produzir fertilizantes, reduzindo o risco de um colapso do abastecimento desse insumo básico para nossa agricultura, em razão das sanções contra a Rússia. A propósito, a ambiguidade de Bolsonaro em relação à Rússia está gerando tensões com os Estados Unidos, que gostariam de um alinhamento maior com o Ocidente. Nesse aspecto, o governo brasileiro está priorizando suas relações comerciais derivadas do agronegócio, em detrimento do alinhamento político e ideológico com o Ocidente.

Mulheres continuam distantes - MERCADO S/A



AMAUURI SEGALLA

do topo das empresas

O Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, deveria servir de alerta para a baixa presença feminina em cargos de liderança no Brasil. Segundo estudo feito pela consultoria Deloitte em 51 países e com 10,4 mil empresas participantes, as brasileiras estão muito atrás das executivas de outras nações. Por aqui, elas ocupam apenas 10,4% das cadeiras em conselhos de administração ? no mundo, o índice, também

considerado baixo, é de 19,7%. Do total de 165 empresas pesquisadas no Brasil, há 115 mulheres nos conselhos, e apenas 4,4% delas ocupam a presidência. A pesquisa mostra, ainda, que somente 1,2% ? quase nada ? dos cargos de CEO está nas mãos de mulheres. Sob qualquer ângulo que se olhe, dados como esses são vergonhosos. O mundo corporativo discute, há pelo menos uma década, a ausência feminina nos topos da hierarquia, mas as políticas de inclusão têm se mostrado insuficientes. É preciso fazer mais.

CBA triplica número de mulheres em cargos gerenciais e de diretoria

A Companhia Brasileira de Alumínio triplicou a quantidade de mulheres em cargos gerenciais e de diretoria nos últimos anos, passando de 6% em 2017 para 18%, em janeiro de 2022. Até 2030, a empresa quer atingir 50%. "Hoje, 43% dos profissionais mapeados para planos de sucessão à diretoria são mulheres, em uma indústria que tem predominância masculina histórica", diz Andressa Lamana, diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional, Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Sustentabilidade da CBA.

Qualicorp amplia lideranças femininas

A empresa de planos de saúde Qualicorp aumentou a presença feminina em seus quadros. O número de mulheres em funções de liderança (de gerente para cima) cresceu de 45% para 51% entre 2020 e 2021. Atualmente, elas representam 68% dos 2,8 mil colaboradores. O corpo diretivo é composto pelo CEO Bruno Blatt e cinco profissionais, sendo duas mulheres: Flávia Pontes, diretora de Pessoas, Cultura, Processos e Projetos; e Ana Paula Carracedo, diretora de Compliance, Auditoria, Riscos e Segurança da Informação.

Vendas em shoppings iniciam 2022 com alta de 10%

As vendas nos shoppings brasileiros subiram 10% em janeiro em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com o Índice Cielo de Varejo em Shopping Centers (ICVS-Abrasce). O fluxo de visitantes também aumentou. Segundo o estudo, o número de frequentadores cresceu 22,3% em comparação com janeiro de 2021. Glaucio Humai,

presidente da Abrasce, acredita que a retomada ganhará fôlego nos próximos meses. "Estimamos alcançar um crescimento nas vendas de 13,8% em 2022", projeta.

Rapidinhas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Sebrae promovem, em 9 e 10 de março, em São Paulo, o 9º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. Os organizadores esperam a participação presencial de mil convidados, e até 15 mil pessoas poderão acompanhar a programação por uma plataforma on-line.

O professor da Harvard Dani Rodrik é um dos destaques do evento. Vencedor do Prêmio Princesa de Astúrias de Ciências Sociais, ele falará sobre políticas de inovação e a melhora da qualidade de vida a partir do emprego. Rodrik também foi incluído nas listas dos 50 melhores pensadores do mundo da revista Prospect.

Uma boa e uma má notícia para a economia brasileira. Do lado positivo, os especialistas do mercado aumentaram, pela primeira vez, a projeção de crescimento do **PIB** em 2022, que passou de 0,3% para 0,42%. A preocupação vem da **inflação**. As estimativas para o IPCA subiram pela oitava vez consecutiva, chegando, agora, a 5,65%.

Minas Gerais é o segundo estado que mais abre empresas no Brasil, atrás de São Paulo. De acordo com levantamento da Contabilizei, maior escritório de contabilidade do país, cerca de 400 mil companhias mineiras nasceram no último quadrimestre de 2021, o que representa 10,6% do total brasileiro. Em 2021, 4 milhões de novos negócios surgiram no Brasil.

Preço do petróleo dispara e Bolsonaro quer evitar repasse



“
Tem uma legislação errada feita lá atrás [governo Temer], de paridade do preço internacional, ou seja, o que é tirado do petróleo leva-se em conta o preço fora do Brasil. Estamos vendo isso aí, sem ter nenhum sobressalto no mercado”

Jair Bolsonaro, presidente da República

Michelle Portela e Deborah Hana Cardoso

Os efeitos econômicos da guerra entre Ucrânia e Rússia se agravaram com as novas máximas no preço da comercialização do petróleo registradas desde a crise financeira de 2008. A semana começou com o barril do petróleo do tipo Brent, referência global de cotação, em alta. Chegou a US\$ 139,13 na máxima intradiária, perto do recorde histórico de US\$ 147,50, em julho daquele ano, e recuou para US\$ 123 no fechamento do dia. A Rússia - terceiro maior produtor e segundo maior exportador de petróleo do mundo - advertiu para "consequências catastróficas" na hipótese de um embargo ocidental ao petróleo russo, que EUA e União Europeia estudam como represália pela intervenção na Ucrânia. O presidente Jair Bolsonaro disse que o governo estuda medidas para evitar que as altas frequentes do petróleo sejam repassadas ao consumidor. Segundo ele, os ministérios da Economia e de Minas e Energia e a Petrobras discutem um possível programa de subsídios aos combustíveis por três meses para compensar a alta do produto. O governo propõe estipular valor fixo de referência para a cotação dos combustíveis e subsidiar a diferença entre esse valor e a cotação internacional do petróleo.

"Aparece a questão do petróleo. É grave, mas dá para resolver, no meu entender. Estamos tomando medidas porque é algo anormal. O barril do petróleo saiu da

casa dos 80 [dólares] para 120 dólares", disse Jair Bolsonaro em entrevista à Rádio Folha de Roraima. Depois de anunciar a intenção de criar programa de subsídios, o presidente criticou o preço de paridade de importação (PPI) da Petrobras: "Agora, tem uma legislação errada feita lá atrás [em 2016, durante o governo Michel **Temer** com a estatal sob o comando de Pedro Parente], em que você tem uma paridade do preço internacional. Ou seja, o que é tirado do petróleo leva-se em conta o preço fora do Brasil. Isso não pode continuar acontecendo. Estamos vendo isso aí, sem ter nenhum sobressalto no mercado", afirmou.

O último reajuste nas bombas foi feito no meio de janeiro, quando o valor do barril negociado no mundo era de US\$ 82,64 -32% menor que o atual. Com a alta da cotação internacional, executivos da Petrobras deverão buscar esta semana a aprovação do governo para aumentar os preços dos combustíveis em suas refinarias no Brasil, com a votação dos projetos de lei que regulamentam o setor. Os aumentos de preços são sensíveis no Brasil por causa da taxa de **inflação** de dois dígitos em 12 meses no país e diante das eleições em outubro.

A crise afeta diretamente o Brasil. O boletim Focus, do BC, apontou que a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional para 2022 ficou em 0,42%. Já para 2023, o prognóstico do **PIB** apresentou variação de 1,50%. Com isso, a estimativa de **inflação** deste ano (IPCA) ficou em 5,65%. Já para 2023, a taxa registrou 3,51%. A taxa Selic em 2022 ficou em 12,25%, e, para 2023, em 8,25%. A previsão para a taxa de câmbio em 2022 ficou em R\$ 5,40.

Para 2023, R\$ 5,30. Já a previsão de saldo da balança comercial no ano corrente ficou em US\$ 64 bilhões; e para 2023, US\$51,30 bilhões.

Mercado internacional

O preço do barril no mercado internacional atingiu ontem o maior patamar dos últimos 13 anos e pode fechar o ano a US\$ 185, de acordo com nota do JP Morgan Chase, de Nova York, caso o fornecimento russo fique interrompido no mercado global. Após a máxima de quase US\$ 140 por barril, em meio a temores em relação às sanções contra a Rússia, o preço recuou em meio às negociações comerciais dos países líderes. O contrato do petróleo Brent para maio,

a referência global da commodity, moderou os ganhos e fechou em alta de 4,31%, a US\$ 123,21 por barril, na ICE, em Londres, no Reino Unido. Já a WTI para abril subiu 3,21%, a US\$ 119,40 por barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York, nos Estados Unidos.

A prevalência da alta do petróleo afetou a Bolsa de Valores de São Paulo. A B3 fechou em forte queda, em sessão mais uma vez pautada por temores globais de estagflação decorrentes do conflito na Ucrânia. O Ibovespa recuou 2,52%, a 111.593 pontos. Em destaque, as ações da Petrobras fecharam em queda de 7%. Assim, o Ibovespa fechou em baixa de 2,52%, aos 111.593 pontos, com R\$ 30,56 bilhões em volume negociado. O saldo do mês passou a ser de queda de 1,37%, enquanto a performance do índice desde o início do ano ainda é de alta de 6,46%. As falas do presidente Jair Bolsonaro (PL), no meio do dia, pioraram o clima.

De acordo com o professor de Finanças Carlos Heitor, do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), o comportamento das bolsas deverá acompanhar as negociações sobre novos acordos de comercialização do petróleo. "Fatalmente, o petróleo da Rússia vai sair do mercado e gerar uma pressão muito alta por novos fornecedores, em função das sanções comerciais impostas à Rússia, que deverão ter resposta. Mas precisamos considerar que todas as expectativas estão no preço", explica. Atualmente, os EUA negociam com dois países "inimigos", a Venezuela, na América do Sul, e o Irã, no Oriente Médio. "A ideia dos EUA é que o mundo tem de resolver a demanda do petróleo. E esses países que possuem petróleo têm o ouro negro nas mãos", diz.

Para Alexandre Espírito Santo, economista chefe da Órama Investimentos, os países estão começando a perceber os efeitos de uma guerra prolongada, com impactos sobre a **inflação** global. "Até semana passada havia uma dúvida, mas com os desdobramentos desse fim de semana, o humor azedou. Petróleo nesse patamar é complicadíssimo, a gasolina na semana passada, nos EUA, subiu 10%. Por aqui, apesar da possibilidade de chegarmos a um acordo que postergue o repasse da Petrobras, o que só empurra o problema, temos provavelmente altas de alimentos, porque o trigo e fertilizantes vão bater forte e provocar contágio sobre vários outros preços", explica. (Com agências)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/03/2022/p1>

Governo muda o discurso e avalia segurar reajustes da Petrobras



A valorização do petróleo levou o governo Jair Bolsonaro (PL) a discutir internamente e com o Congresso a possibilidade de segurar temporariamente os reajustes de preços da Petrobras.

Após um lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões registrado pela companhia em 2021, a avaliação no governo é que é possível haver uma "colaboração dos acionistas" para minimizar os efeitos da cotação do petróleo sobre o preço nas bombas, que disparou em razão da guerra na Ucrânia.

O cálculo também é político. Pré-candidatos ao Planalto, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-ministro Ciro Gomes (PDT), têm defendido um maior controle sobre os preços praticados pela estatal.

Nesse contexto, interlocutores do presidente afirmam que uma contenção temporária de preços agora seria preferível a um tabelamento posterior mais duradouro, caso algum dos adversários de Bolsonaro vença as eleições.

A leitura de auxiliares do chefe do Executivo é que a manutenção da política de paridade internacional de preços da Petrobras fortaleceria candidatos de oposição, ao obrigar a companhia a promover reajustes superiores a 20% nos combustíveis.

Integrantes do governo também admitem a possibilidade de acionar o botão de calamidade se daqui a três meses o conflito não houver cessado -o período é considerado uma janela razoável para ter uma ideia do rumo da guerra, se terá fim ou uma escalada.

Em caso de acionamento dessa cláusula, o governo teria mais liberdade para ampliar gastos, inclusive via créditos extraordinários (fora do teto), ao mesmo tempo que ficariam proibidas as concessões de reajustes ao funcionalismo.

Na ala política, há defensores da decretação imediata de calamidade, uma vez que a cotação do petróleo já ultrapassou os US\$ 100 em meio à guerra na Europa. Um grupo de ministros acredita que seria possível editar uma medida provisória para criar um fundo de compensação à alta do combustível. A equipe econômica, porém, avalia não ser o momento de recorrer à calamidade, pois é preciso acompanhar os desdobramentos do conflito.

Nesta segunda (7), o presidente chegou a admitir a possibilidade de mudanças na política de preços da Petrobras.

"Tem uma legislação errada feita lá atrás que você tem uma paridade com o preço internacional [dos combustíveis]. Ou seja, o petróleo -o que é tirado do petróleo- leva-se em conta o preço fora do Brasil. Isso não pode continuar acontecendo", disse Bolsonaro, em entrevista a uma rádio de Roraima.

O presidente também já defendeu a redução do lucro da companhia para conter a alta nos combustíveis.

Auxiliares do chefe do Executivo afirmam que ele é simpático à ideia de segurar temporariamente os reajustes e que, em decorrência disso, é possível que o lucro da Petrobras seja menor neste ano.

Um dos projetos de lei em tramitação no Senado sob a relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN) traz algumas diretrizes para a política de preços internos dos combustíveis, incluindo a redução da volatilidade. O governo não deve se opor à aprovação desse trecho, que daria a base para seguir adiante com a trava temporária.

Técnicos ressaltam, porém, que o texto não é taxativo, e sua adoção dependeria de aprovação pela Petrobras. Nesse sentido, a indicação de Rodolfo Landim para a presidência do conselho de administração da estatal é considerada um ativo para avançar na discussão.

Segundo um integrante do governo, a ideia é fazer uma contenção dos preços por alguns meses, a fim de evitar que o excesso de valorização do petróleo - que já passa dos US\$ 120 - onere demais os consumidores. Isso seria razoável porque parte dos custos da estatal se dá em reais, sem impactos das oscilações no mercado internacional.

A expectativa é que, ao fim do conflito, os preços não se manterão nessas cotações. Por isso, não há necessidade de repassar todo e qualquer movimento de preços para as bombas. O congelamento dos reajustes seria uma "condição transitória e de guerra", segundo uma fonte do governo.

A possibilidade representa uma mudança no discurso do governo. No início de 2021, Bolsonaro chegou a dizer que jamais interferiria na companhia.

Em evento no BTG, em 23 de fevereiro, o presidente atrelou a mudança nos preços como algo defendido pelo seu principal adversário político, o ex-presidente Lula (PT).

"O que os senhores achariam se essas medidas fossem implementadas: se revogarmos a autonomia do Banco Central, a reforma trabalhista, se volta o imposto sindical, se reestatizarmos as empresas que foram desestatizadas, se o governo começar a interferir nos preços da Petrobras e da energia, se viermos a fortalecer o MST", disse no evento.

O governo Dilma Rousseff (PT) chegou a ser acusado de usara Petrobras como ferramenta macroeconômica para controle da **inflação**. Durante o período da petista, a estatal não repassava os aumentos provenientes da flutuação do preço no exterior, o que gerou críticas sobre o impacto nas contas da empresa.

A intervenção deixou de existir a par tir do governo de Michel **Temer** (MDB), quando o então presidente da Petrobras, Pedro Parente, implementou a regra de preço atrelado aos valores negociados no exterior.

Na prática, a Petrobras já tem segurado o ritmo dos aumentos nos preços no governo Bolsonaro. Os últimos reajustes nos preços da gasolina e do diesel foram feitos no dia 12 de janeiro, ou seja, os valores praticados já estão defasados. Dentro do governo há quem cite que a contenção não gerou maiores ruídos no mercado financeiro.

Nos últimos dias, Bolsonaro foi aconselhado por ministros da ala política a apresentar alguma solução. Segundo fontes do governo, o presidente chegou a discutir o problema dos combustíveis com o ministro Paulo Guedes no fim de semana e também na manhã desta segunda.

O chefe da Economia tem evitado falar sobre o assunto, mas não deve ser obstáculo para a proposta de congelar temporariamente os preços praticados pela Petrobras.

Nos bastidores, a equipe de Guedes tem se posicionado contra idéias que envolvam o uso de dinheiro do Tesouro Nacional na concessão de subsídios ao preço do diesel e da gasolina.

Em meio à escalada nas cotações do petróleo, outros ministros do governo voltaram à carga com propostas para a União bancar um subsídio usando receitas de dividendos da Petrobras e royalties.

Aldeia seria usar o dinheiro para ressarcir a companhia e outros importadores pelo não repasse dos reajustes, em modelo semelhante ao adotado por **Temer**, em 2018, para contornar a greve dos caminhoneiros.

Na avaliação da equipe econômica, a medida poderia gerar uma fatura de R\$ 120 bilhões, comprometendo o teto de gastos, a principal âncora fiscal do governo.

Interlocutores da equipe econômica afirmam reservadamente que a missão do governo é defender as contas públicas. Além disso, há integrantes do governo que dizem preferir lidar com as consequências de um congelamento temporário nos preços do que os efeitos adversos de um rombo maior.

Já uma solução estrutural, na avaliação da Economia, depende do aumento da concorrência no mercado de combustíveis (hoje concentrado na Petrobras) e da aprovação de um projeto que altera a cobrança do ICMS, para mudar a alíquota atual (um por cento sobre um valor) para uma cobrança fixa sobre o litro.

O projeto está em tramitação no Senado e deve ser votado nesta semana. Há uma articulação do governo para incluir, em acerto com a Economia, a desoneração de PIS/ Cofins sobre o diesel. A medida deve drenar R\$ 18 bilhões dos cofres públicos e, segundo cálculos internos, teria impacto de até R\$ 0,50 nas bombas.

Para tentar conciliar o texto, o senador Jean Paul Prates enviou carta a governadores se colocando à disposição para conversar sobre os projetos.

No documento, o relator diz que o texto que cria um fundo de compensação "é uma boa solução emergencial e estrutural para o atual e futuros momentos de volatilidade no custo internacional do petróleo, mas que não basta.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49843&anchor=6451495&pd=ef5fc9520214bd6ebfe50ec44b4722ae>

Disparada nos preços das commodities eleva estimativas para inflação

Leonardo Vieceli

Com a tensão provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia, petróleo e commodities agrícolas dispararam neste início de semana, e economistas veem inflação mais alta no Brasil com os possíveis repasses para os preços finais de combustíveis e alimentos.

Por ora, projeções sinalizam IPCA na faixa de 6% ao fim de 2022, mas um avanço maior não é descartado por parte do mercado financeiro.

Embora reflita o cenário até a semana passada, a edição mais recente do boletim Focus, divulgada nesta segunda (7) pelo Banco Central, voltou a estimar IPCA maior em 2022.

Na mediana, as previsões do mercado para o indicador ficaram mais próximas de 6%, passando de 5,60% para 5,65%. Foi a oitava semana consecutiva de alta.

Na avaliação do economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, as projeções devem voltar a subir nas próximas semanas, na esteira da tensão geopolítica e das novas pressões sobre as cotações de commodities.

Segundo Perfeito, a Necton deve elevar sua estimativa de IPCA em 2022 de 5,81% para a faixa de 6% nos próximos dias. "As projeções começam a refletir os impactos da guerra." Nesta segunda, a gestora Santander Asset aumentou sua previsão para o IPCA deste ano, de 5,4% para 5,9%. O viés é de alta -ou seja, a tendência é de novos avanços.

De acordo com o economista-chefe da Santander Asset, Eduardo Jarra, os 5,9% refletem o quadro de preços de bens industriais e serviços ainda pressionados na largada do ano no Brasil.

Jarra relata que a revisão ainda não contempla os efeitos da guerra na Ucrânia, embora ele entenda que o conflito trará impactos sobre a inflação no Brasil.

Á questão que ainda não está clara é a magnitude do choque sobre os preços finais, afirma o economista.

"A gente ainda não sabe a intensidade, mas se materializou a piora para a inflação global. Já há uma

certeza: vai afetar as projeções." Com a inflação persistente no Brasil, a Santander Asset também revisou para cima sua estimativa para a taxa básica de juros. Agora, a instituição vê a Selic em 12,25% ao fim de 2022, em linha com a mediana do Focus. A previsão anterior era de 11,75%.

Em 2022, caso as projeções do mercado se confirmem, o IPCA vai estourar pelo segundo ano consecutivo a meta de inflação. O centro da medida de referência neste ano é de 3,50%. O teto é de 5%.

Nesta segunda-feira, os preços do petróleo subiram para os níveis mais elevados desde 2008, com o barril do tipo Brent chegando a superar os US\$ 139, já que os EUA e seus aliados europeus avaliavam uma proibição da importação do óleo russo. A medida se somaria às várias sanções adotadas contra o Kremlin depois da invasão da Ucrânia.

Ao mesmo tempo, os futuros de grãos como trigo, soja e milho também eram negociados em seus maiores patamares em anos, afetados por temores de restrição da oferta ante a tensão no Leste Europeu.

A disparada de commodities como o petróleo joga pressão sobre o governo Jair Bolsonaro (PL) às vésperas da eleição. É que as cotações internacionais do produto servem como referência para os valores dos combustíveis praticados pela Petrobras nas refinarias.

Com a alta em meio ao conflito na Ucrânia, o mercado aponta uma defasagem nos preços do mercado nacional, o que abriria margem para novos aumentos no Brasil.

Em entrevista a uma rádio de Roraima, Bolsonaro criticou nesta segunda a paridade internacional adotada pela Petrobras. O presidente defendeu uma revisão na política dos combustíveis.

Uma das propostas na mesa do governo seria a implantação de um programa de subsídios semelhante ao adotado pelo governo Michel **Temer** (MDB) durante a greve dos caminhoneiros de 2018.

Na avaliação do economista-chefe da Órama Investimentos, Alexandre Espírito Santo, uma medida nesses moldes poderia atenuar os impactos da guerra

e "adiar o problema" dos preços no Brasil.

No caso dos alimentos, Espírito Santo entende que novos avanços são inevitáveis. Além da alta das cotações de itens como trigo e milho, há a pressão de fertilizantes.

A Rússia, de quem o Brasil importa, recomendou aos fabricantes que suspendam as exportações desses insumos usados nas lavouras.

"Os preços de alimentos vão subir. Não tem jeito. Estamos falando de altas expressivas em produtos como milho e trigo", diz Espírito Santo.

O trigo serve como insumo para a produção de itens como pães, massas e biscoitos. Já o milho impacta ovos e aves, por exemplo, porque é usado na alimentação de frangos.

A projeção mais recente da Órama é de IPCA de 5,2% neste ano, mas o número deve ser revisado para cima durante a semana, conforme Espírito Santo.

Parte do mercado já vê **inflação** superior a 6% em 2022. Segundo relatório divulgado na sexta (4), a consultoria MB Associados subiu a estimativa para o IPCA de 5,8% para 6,5%, com impacto dos preços de alimentos e transportes.

A **inflação** mais forte é vista como reflexo do conflito no Leste Europeu. A M B também aumentou a projeção para a Selic, de 12,25% Para *3%, acima da mediana do Focus.

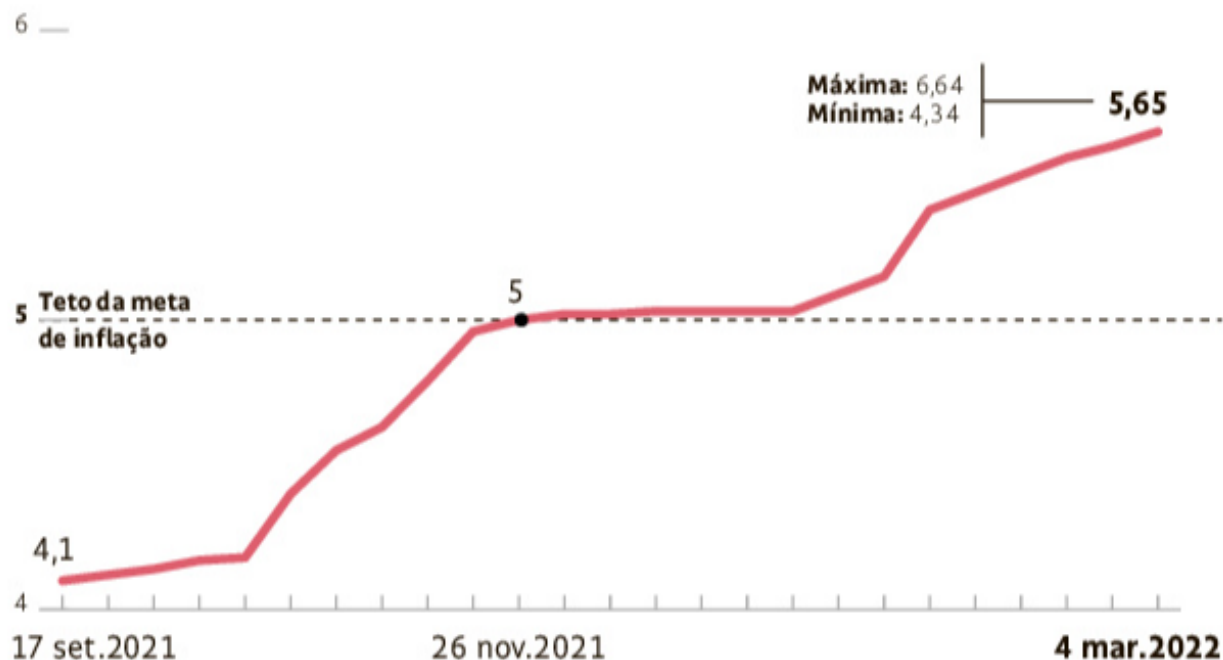
"Mais **inflação** e juros significa menos renda e crédito reforça a estagnação da economia neste ano, com riscos de queda de **PIB** [Produto Interno Bruto]", indica a consultoria. Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49843&anchor=6451495&pd=ef5fc9520214bd6ebfe50ec44b4722ae>

Inflação acima da meta em 2022

Mediana das projeções, nas últimas 25 semanas, para o IPCA deste ano, em %



Fonte: boletim Focus/BC

Vulnerabilidades do Brasil (Artigo)

**Rubens Barbosa, PRESIDENTE DO IRICE, FOI
EMBAIXADOR EM WASHINGTON**

A pandemia e, agora, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia expuseram de forma dramática as vulnerabilidades de todos os países em áreas estratégicas. A dependência da China em muitos setores da cadeia produtiva fez com que os países desenvolvidos passassem a enfrentar essa questão com novas políticas industriais para reduzir os riscos dessa dependência. No caso do Brasil, a magnitude dos problemas - em especial na economia (baixo crescimento, inflação, taxa de juros), na sociedade (desigualdade, aumento da pobreza, desemprego), na destruição da Amazônia e no isolamento e na perda de espaço do mundo - deixa para um longínquo segundo plano a questão das vulnerabilidades que perpassa diversos setores estratégicos para a segurança alimentar e a segurança nacional.

Vou limitar o tratamento desta matéria a quatro aspectos: comércio exterior, áreas estratégicas, inovação e segurança cibernética.

O comércio exterior brasileiro está acima de US\$ 0,5 trilhão.

As exportações superam US\$ 100 bilhões, porém com crescente vulnerabilidade. O agronegócio representou 43%. Deste total, mais de 70% das exportações estão representadas por dois produtos de proteína vegetal (soja e milho), 87,7% em valor concentrado no mercado chinês.

O mercado asiático absorveu 46,4%, com destaque para a China, que representou 31,3%.

Nos últimos cinco anos, mais de 90% da soja brasileira foi exportada para a China. E, com a redução das compras de soja e carne por esse país, nos meses recentes a participação chinesa registrou pequena redução.

Essa dependência deixa o setor muito exposto às oscilações do comportamento da economia chinesa e das políticas do governo de Beijing (restrições sanitárias, autossuficiência, diversificação de fontes de suprimento, negociações com os EUA). Além disso, a precariedade da infraestrutura e a dependência externa dos defensivos agrícolas se somam às crescentes ameaças de restrições externas (lei do desmatamento na Europa), em razão das políticas ambientais relacionadas aos ilícitos na Amazônia

(desmatamento, queimadas e garimpo, inclusive em terras indígenas). Os consumidores e as cadeias de supermercados externos já começaram a boicotar produtos brasileiros, como retaliação à política ambiental amazônica.

Na indústria, pesquisas indicam que apenas 10% das empresas podem ser consideradas 4.0, o que tem acarretado aumento das importações e perda de mercado externo nas manufaturas, gerando um déficit de mais de US\$ 110 milhões. A indústria de transformação caiu de 28% do **PIB**, em fins de 1980, para ao redor de 10%, no ano passado, e a participação das manufaturas nas exportações caiu de 59%, em 2000, para 27%, em 2021.

Quanto às vulnerabilidades em áreas estratégicas, podem ser lembradas, entre outras, a falta dos insumos na área da saúde para a fabricação de vacinas (IFA); na agricultura, a de fertilizantes (mais de 80% dos fertilizantes são importados da Rússia e de Belarus); na alimentação, em que 60% do consumo doméstico de trigo depende de importação externa e, deste total, 85% são provenientes de um único país, a Argentina; e na área de semicondutores e terras raras, sem qualquer política até aqui para reduzir essa dependência externa. Na era do conhecimento, o atraso do Brasil na educação e em pesquisa e desenvolvimento se reflete em todas as áreas produtivas, com exceção do agronegócio, que se mantém atualizado nos avanços tecnológicos no campo.

As transformações globais estão obrigando os países a atualizarem sua política industrial. A China, em 2017, com sua Made in China 2025, deu prioridade a dez setores considerados estratégicos para evitar a dependência externa e industrializar-se de forma competitiva. Mais recentemente, a Alemanha, a França e parcialmente os EUA adotaram políticas e incentivos para modernizar suas indústrias. Pronunciamentos, na semana passada, dos presidentes Joe Biden e Emmanuel Macron indicaram uma mudança de política pela qual, em vez de depender da cadeia produtiva estrangeira, EUA e França vão buscar uma autonomia soberana, aumentando a capacidade produtiva da economia em áreas estratégicas. No Brasil, tornou-se urgente a definição de uma estratégia entre o governo e o setor privado para reindustrializar o parque nacional, que poderia ser acelerada pela introdução de redes privadas de 5G e dos novos instrumentos da inteligência artificial.

Por fim, na área cibernética, o Brasil é um dos cinco países mais visados por hackers. Instituições governamentais como o TSE e o Ministério da Saúde foram atacadas e paralisadas em áreas sensíveis. Empresas privadas, desde bancos até cadeias de bens de consumo, também sofreram interferências externas.

Claramente, o País não está preparado para responder a esta nova ameaça. Governo e empresas deveriam juntar esforços e recursos para melhorar a capacidade de defesa contra ataques à segurança e a proteção de dados sensíveis e que, como se viu em outros países, podem afetar a infraestrutura de energia e de transporte das cidades.

Um país com mais de 213 milhões de habitantes e dimensões continentais não se pode dar ao luxo de ignorar essas e outras vulnerabilidades que poderão afetar seus interesses concretos, prejudicando seu desenvolvimento e sua segurança nacional.

Rubens Barbosa, PRESIDENTE DO IRICE, FOI EMBAIXADOR EM WASHINGTON

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com alta de 46,25% desde o início da guerra, trigo tem recorde histórico

MÁRCIA DE CHIARA

O preço do trigo na Bolsa de Chicago (EUA) bateu ontem o recorde histórico de US\$ 12,94 por bushel, pressionado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, dois grandes produtores do grão. A marca supera a cotação atingida em março de 2008, de US\$ 12,83, no boom das commodities.

Desde o início do confronto, o trigo já subiu 46,25% em Chicago. No interior do Rio Grande do Sul, a tonelada do grão atingiu R\$ 1.960, preço recorde e com alta de 26% em uma semana, aponta a consultoria Safras Mercado.

A disparada da cotação do trigo começa a ser sentida pelos supermercados nas negociações com os fornecedores.

A Associação Paulista de Supermercados (Apas) recebeu relatos de supermercadistas apontando que os preços da farinha já teriam aumentado 15% na última semana e que haveria indicações de novos reajustes dessa magnitude.

No caso do óleo de soja, outro produto que é influenciado pelo trigo, o preço da indústria teria sido remarcado em cerca de 20% em uma semana.

"É um sinal de alerta", afirma Rodrigo Marinheiro, executivo de relações institucionais da Apas. Ele diz que esse aumento de preços ainda não foi captado pelo indicador de **inflação** dos supermercados de fevereiro, mas deve aparecer neste mês, inclusive com reflexos nas cadeias de derivados, como massas, biscoitos e outros óleos, como de milho e girassol.

MESMO MOVIMENTO. O temor do executivo da Apas é de que se repita com o trigo o que aconteceu recentemente com arroz, quando os produtores nacionais exportaram o grão, o que turbinou os preços no mercado interno.

Nas últimas semanas, informações de mercado indicavam que os moinhos brasileiros estavam abastecidos. Portanto, essa nova tabela de preços da farinha apresentada aos supermercados pelos moinhos já estaria levando em conta o custo de reposição do grão que está mais alto.

SEM INTERFERÊNCIA. Questionada sobre os reajustes dos preços da farinha de trigo pelos moinhos, a Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) informou, por meio de sua assessoria, que "a entidade não discute preço, pois cada empresa toma a decisão que melhor atende a seus interesses".

Segundo Elcio Bento, analista de trigo da consultoria Safras Mercado, os moinhos estão voltando às compras e agora enfrentam dificuldade para fechar negócios porque o trigo está custando quase 30% a mais em reais do que antes da guerra.

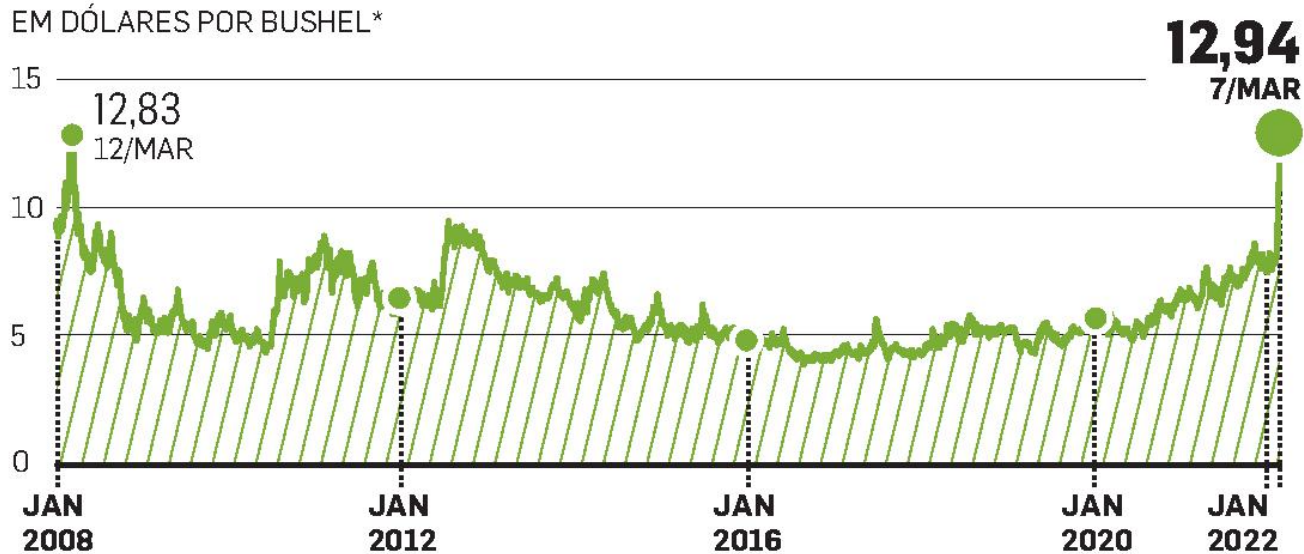
Bento disse que moinhos estrangeiros estão vindo comprar a safra de trigo no interior do Rio Grande do Sul e pagam ao produtor quase R\$ 2 mil por tonelada. "O Brasil é importador de trigo, mas está exportando", afirmou Bento. No mês passado, as exportações gaúchas somaram 1,025 milhão de toneladas para Oriente Médio e Ásia.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A DISPARADA DO TRIGO

O preço do trigo na Bolsa de Chicago atingiu o maior valor na história ontem em razão da guerra na Ucrânia

EM DÓLARES POR BUSHEL*



* EQUIVALE A 27,21 KG

FONTE: MACROTRENDS/CBOT / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Inadimplência atinge maioria das famílias de baixa renda

Quase 60% das famílias de baixa renda começaram o ano de 2022 inadimplentes, segundo a Sondagem do Consumidor apurada pela FGV. Se considerado todo o universo da pesquisa, 32% dos entrevistados afirmaram que havia pelo menos uma pessoa de sua residência com dívidas em atraso.

A **inflação** foi o principal motivo apontado pelos consumidores como justificativa para o atraso no pagamento de contas, seguida por dificuldade em aumentar a renda e por conseguir um emprego.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guerra na Europa trará prejuízo à recuperação do PIB (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após fala de Bolsonaro, Petrobras perde R\$ 34 bi em valor de mercado

VITOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Falta de correção da tabela do IR gerou perda de R\$ 22 bi em 3 anos, diz estudo

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187157